

Autoridades já nominadas, por Sua Excelência o Desembargador James Magno Araujo Farias, cuja saudação faço na pessoa do Excelentíssimo Desembargador Decano deste Egrégio Tribunal Regional do Trabalho Dr. Américo Bedê Freire.

Excelentíssimos juízes do trabalho

Ilustríssimos Senhores Servidores Públicos, desta Casa de Justiça.

Ilustríssimos Senhores Advogados,

Senhoras e senhores,

Celebramos hoje mais uma vez, a renovação do quadro de dirigentes do nosso Egrégio Tribunal, em observância a um dos pilares democráticos: A Alternância de Poder.

Sucedo a um dileto amigo, o Desembargador James Magno Araujo Farias, o que torna esse momento ainda mais significativo para nós. Magistrado cuja estória profissional permeada de grandes feitos e êxito pleno, nos orgulha e nos honra. Sua Excelência enfrentou dias difíceis no biênio de sua administração, marcada principalmente, pela crise orçamentária e pela tentativa de desmonte da Justiça do Trabalho, impostas por forças políticas indiferentes à

imprescindibilidade da garantia de tutela jurisdicional dos direitos sociais consagrados na Constituição Brasileira. Entretanto, com a habilidade dos grandes mestres, o Desembargador James Farias conduziu com maestria mais essa missão frente à Presidência do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprec), contribuindo decisivamente, com o apoio unânime e empenho diuturno dos demais Desembargadores que compõem esse Colégio, para a recomposição orçamentária do ano de 2017 e ainda, para a garantia do orçamento integral da Justiça do Trabalho do ano de 2018.

Parabéns Desembargador James, a Justiça do Trabalho, hoje mais unida e mais forte, reconhece e agradece todo o valoroso e vitorioso trabalho de Vossa Excelência!

Com o olhar voltado para o momento presente, em que se inicia esta administração, não olvidamos que somos a continuação de outras histórias, que somos fruto dos sonhos de ontem. Cada um de nós, no seu tempo e a seu modo contribuiu para o engrandecimento e fortalecimento da Justiça do Trabalho no Maranhão.

Os tempos atuais, contudo, em que, alguns incautos tentam vitimar a sociedade brasileira fazendo coro contra a estabilidade das relações jurídicas de trabalho, contra esta Justiça Social, portanto, nos remetem inexoravelmente, a pelo menos três indagações que não podem ser ignoradas,

dada a perplexidade nacional com a fúria das investidas: a primeira: Qual ou quais os motivos dos graves ataques contra a Justiça do Trabalho, contra seus magistrados e seus servidores? A segunda: A que força atenderia o seu sucateamento? E, a terceira: Quais os interesses estão a permear a mente daqueles que articulam golpeá-la?

Pensamos que:

1º: Nenhum motivo nobre justifica a tentativa de se estabelecer o caos nas relações sociais.

2º: Nenhuma força legítima e justa clama pelo enfraquecimento do Órgão institucional guardião dos direitos sociais.

3º: Nenhum interesse supremo permeia a mente daqueles que planejam trair o seu povo.

A teia de interesses subalternos é do tamanho da ganância de seus criadores. Sabemos, porém, que as aranhas têm uma propensão para devorar umas às outras, e isso, é só uma questão de tempo! Ademais, essa teia não é maior do que o povo brasileiro, do que a sua dignidade, consciência e coragem, do que a sua história de lutas contra essas armadilhas que visam desestabilizar o Estado Democrático de Direito, com a tentativa de imposição de verdadeiros

sistemas escravagistas travestidos de legalidade, onde o que se vislumbra é a ausência de verdadeira proteção legal!

Mas o povo brasileiro está atento, atento e preparado para o bom combate em defesa da sua Justiça do Trabalho, Justiça de pão e de paz, que permanecerá íntegra sim, no exercício da sua função institucional, independentemente dessas manobras cuja finalidade é uma só: a subserviência do seu povo, a partir do fortalecimento da corrupção sistêmica já revelada, agora, sob a forma de lei!

A Justiça do Trabalho não está sendo apenas criticada, sabemos receber críticas e sempre estamos a nos aprimorar no exercício da jurisdição inclusive a partir delas, mas, o que testemunhamos são ameaças sistemáticas, fabricadas por uma política rasteira e leonina, contaminada pelo ódio que sentem aqueles que se locupletam com o patrimônio público por não encontrarem nesta Justiça do Povo, porta de entrada para os seus intentos corruptos e menos ainda, saída impune para aqueles que ousam tentar invadi-la.

A Justiça do Trabalho não se submeterá aos caprichos dos seus algozes, estamos vigilantes, e enfrentaremos com a palavra, com a lei e com a luta as manhas e artimanhas que visem amordaçá-la e enfraquecê-la. Somos fortes, porque garantimos a maior de todas as forças abaixo de Deus, a

força de trabalho, maior fonte de dignidade de um ser humano.

Senhores, **Essa causa é nossa!!** E permitam-me ler trecho do meu discurso por ocasião da minha formatura no Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão: **"na luta pela vitória dessa causa, não nos abateremos com as críticas dos contumazes injuriadores; quando a cólera destes se fizer presente, imitemos o rochedo, que assolado pelo mar bravio se conserva inalterável, fazendo retornar ao ponto de origem, a fúria da investida"**.

Há pouco prestei um juramento que preside a esta solenidade, o mesmo que prestamos ao assumir a magistratura, e este deverá ser o hino de louvor e o rememorar constante dos princípios inerentes à nossa função jurisdicional, princípios que não autorizam relegarmos ao segundo plano as normas insculpidas na nossa Constituição Federal, primeira Lei, como sabemos, a ser observada por cada um de nós quando dos nossos julgamentos. E advertimos aos injuriadores adeptos da escravidão que não tentem a inversão da pirâmide hierárquica das normas jurídicas, ludibriando o nosso povo ao afirmar que a norma infraconstitucional se sobrepõe a Lei Máxima, porque o topo não suportará o peso da base.

Prosseguindo no momento presente, peço vênia para exaltar neste pronunciamento, os magistrados e servidores da nossa 16ª Região. Com a maior carga de trabalho na área judiciária dentre todos os Regionais, a nossa 1ª instância possui mais que o dobro de processos por servidor da Justiça do Trabalho, são 733 processos por servidor; e, a nossa 2ª instância possui a segunda maior carga de trabalho, com 191 processos por servidor, maior do que a de tribunais de grande porte.

Considerando ainda, o quantitativo de servidores lotados na área judiciária do 1º e 2º graus, na área administrativa, Tecnologia da Informação e Escola Judicial, totalizando 572 servidores, a 16ª Região, é novamente mais do que o dobro menor que a média da Justiça do Trabalho, possuindo, portanto, a menor proporção de servidores por 100.000 habitantes, de modo que para nos equipararmos ao 2º Regional com menor média, necessitaríamos de pelo menos mais 245 servidores no nosso quadro, e passemos, se tal equiparação tomar por base a média nacional, necessitaríamos de mais 818 servidores!

A sobrecarga desumana de trabalho a que estamos submetida face à demora incompreensível no trâmite dos nossos projetos de lei propondo a criação de apenas 118 cargos, responde inclusive, pelo elevado índice de congestionamento da nossa Região, conferindo à nossa

primeira instância a maior taxa de congestionamento da Justiça do Trabalho e à segunda instância, a segunda maior taxa de congestionamento.

Porém, não obstante, a lentidão do Poder Legislativo Federal em contemplar o Estado do Maranhão com o quantitativo justo de servidores e magistrados, **ocupa a nossa 1ª instância o 1º lugar no índice de produtividade dentre todos os Regionais e a nossa 2ª instância, é a quarta maior produtividade no ranking nacional!**

Assim, enalteço e parabenizo os Senhores magistrados e os Senhores servidores da Justiça do Trabalho no Maranhão, pelo cumprimento dos seus deveres, muito além de qualquer expectativa.

Voltando-me agora para o futuro, comprometo-me no desempenho da tarefa administrativa, buscar a participação de todos os servidores, magistrados e terceirizados que fazem a nossa Justiça, ouvindo seus anseios e conhecendo suas idéias para realizarmos o **Plano de Ação da Nossa Gestão** com todo o necessário para o aperfeiçoamento na entrega da prestação jurisdicional durante o próximo biênio.

Elegemos até aqui, quatro objetivos básicos: **1.** Assegurar a infraestrutura física da nossa sede, mais condizente e adequada com as necessidades do nosso público interno e

externo; **2.** Implementar mais ações de valorização dos servidores, a partir da promoção de uma melhor qualidade de vida, com atenção especial a sua saúde, estimulando o esporte e a solidariedade social; **3.** Imprimir mais agilidade no andamento dos feitos administrativos, com a eliminação do retrabalho, da reanálise reiterada dos atos administrativos, eliminando a já superada gestão de controle; e, **4.** Instituir trabalho permanente de articulação política junto aos Poderes Legislativo e Executivo, das esferas Federal e local, junto ao TST e ao CNJ, com vistas à criação de cargos, de funções comissionadas, de recursos financeiros e de todas as condições a que temos direito, para bem cumprirmos nossos deveres constitucionais, legais e as metas institucionais, tudo, em prol da nossa sociedade, para assim, elevarmos, a nossa 16ª Região ao patamar de excelência a que merece estar e que merecem estar os seus magistrados e servidores.

Não se tratam de promessas de campanha, porque já fui eleita, mas sim, de compromissos institucionais, pelos quais iremos trabalhar diariamente para concretizar. Para tanto, reitero, contaremos com todos, sob o comando do corpo diretivo de servidores de escol, de juízes e desembargadores que compartilharão das deliberações dessa administração, e afirmo que estamos confiantes no êxito dos nossos propósitos e projetos e nos antecipamos em agradecer a cada um pelo tempo e dedicação que empregarão nessa

tarefa, que rogo a Deus seja repleta de harmonia, união e sucesso.

E, mais uma vez, venho reverenciar e agradecer especialmente, aos meus pais, esposo, irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas, a compreensão pela minha ausência em tantos momentos em que eu gostaria de estar com vocês desfrutando do seu convívio no aconchego do nosso lugar sagrado, a casa dos meus pais. Mas, também agradeço o apoio firme e amoroso da minha família que me impulsionou a chegar até aqui para servir a Justiça.

Finalizo, agradecendo a todos que nos prestigiam nesta sessão solene, autoridades, amigos, parentes, colegas, advogados, imprensa, e também aqueles ausentes, a todos que contribuem com a nossa sociedade, com a nossa Justiça do Trabalho, com as causas do nosso povo, a partir da realização de ações que fortalecem o nosso país.

Obrigada!